

# EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E A LEI 10639/03

Leticia da Rocha de Araújo<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)/ Programa de Pós Graduação Estudos de Linguagens, leticiarochoa\_ms@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho abordar a importância de se ensinar sobre os quilombolas cumprindo a Lei 10639/03 (que fala sobre o ensino nas escolas, da história dos africanos que foram trazidos para o Brasil). O objetivo geral é identificar quais são as comunidades remanescentes dos quilombolas no Mato Grosso do Sul (MS). Diante disso, como objetivos específicos conceitua-se o nome das comunidades quilombolas em diversas cidades do Estado do MS, bem como aborda-se a importância de ensinar esse conteúdo nas escolas.

**Palavras-chave:** Quilombola, Lei 10639/03, Educação.

## 1. Introdução

O presente trabalho tem como principal foco abordar a importância de se aplicar a Lei 10639/03 (que fala sobre o ensino nas escolas, da história dos africanos que foram trazidos para o Brasil) por meio do ensino das comunidades remanescentes quilombolas. O objetivo geral é identificar quais são comunidades remanescentes dos quilombolas no Mato Grosso do Sul (MS). Diante disso, definiram-se como objetivos específicos conceitua-se o nome das comunidades quilombolas em diversas cidades do Estado do MS, bem como aborda-se a importância de ensinar nas escolas o conteúdo da luta do povo negro no Brasil.

Apresenta-se nesse trabalho diversos documentos tais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Base Nacional Comum Curricular entre outros, que apoiam o trabalho com literaturas e conteúdos relacionados ao povo negro visando minimizar crimes raciais e ensinar de modo correto a história de resistência do povo negro no Brasil. Abordar essa temática ajuda não somente com o conhecimento dos educandos como também minimiza preconceitos e discriminação contra o povo negro. Podemos mencionar que essa literatura sendo discutida em ambiente educacional auxilia na aplicação da legislação e contribui para uma sociedade mais justa. Com o

levantamento dos dados ao longo da pesquisa e das análises das informações, foi possível concluir que no MS existem muitas comunidades remanescentes quilombolas. Com isso, os educadores desse Estado poderão pensar em estratégias não só de ensinar esse assunto os alunos, como também poderão levá-los a essas comunidades e demonstrar sua cultura e modo de vida.

## 2. Conceitos básicos para o termo quilombola

No período colonial muitas pessoas negras do continente Africano foram trazidas para o Brasil e escravizadas. Nessa época portugueses que moravam no Brasil, bem como outros habitantes acreditavam que as pessoas negras eram inferiores a pessoas brancas e por isso deviam ser exploradas. Os negros trazidos para o Brasil sofreram total desumanização e passaram a ser tratados como mercadoria e não como pessoas.

Os quilombos, na era colonial e imperial, foram espaços construídos pelos escravos negros africanos e afrodescendentes fugidos da escravização em busca de viver em liberdade. “Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, conseqüentemente, uma reflexão científica em processo de construção” (LEITE, 2000, p. 333).

O tratamento violento e as péssimas condições de vida oferecidas pelas pessoas da casa grande, faziam com que os negros escravos procurassem uma nova forma de viver que não fosse aquela. Com isso, foi se formado comunidades que passaram a se chamar “Quilombolas”.

Os habitantes dessa comunidade, também denominada de mocambo, eram chamados de quilombolas. “Desde a abolição do sistema escravista colonial em 1888, o quilombo vem sendo, portanto, associado à luta contra o racismo e às políticas de reconhecimento da população afro-brasileira” (LEITE, 2008, p. 969). Surgiu assim a esperança de vários escravizados de se livrar da escravidão se conseguissem fugir e chegar no quilombo.

Os movimentos sociais negros vêm paulatinamente recuperando essas experiências por meio de uma pauta especificamente negra, e, nos anos 30 do século XX, isto se traduziu na Frente Negra Brasileira, a mais importante



organização dentre tantas que existiram na luta contra o racismo (LEITE, 2008, p. 968).

O termo “quilombo” passou a ser mais utilizado a partir do século XVII, no Brasil, sobretudo com o surgimento do Quilombo dos Palmares, na então região de Pernambuco. Essas comunidades são parte fundamental da História do Brasil e representam um de seus maiores símbolos de resistência.

Ressaltamos, neste texto, o processo de formação de quilombos na Colônia e no Império. Escravos fugiam de fazendas e constituíam resistência à escravatura. Palmares é símbolo-mor, quilombo com quase 100 anos de existência e líderes como Ganga Zumba e Zumbi. Em Palmares, terra era considerada como sinônimo de liberdade. (MOURA, 2007, p. 9).

Muitos alunos desconhecem o que são os quilombolas e sua contribuição na formação da sociedade brasileira. No entanto, a vida dos quilombolas tem muito a ensinar principalmente no aspecto de luta e resistência contra a opressão sofrida por centenas de séculos. Mas, o que é quilombo?

A palavra “quilombo”, que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País (LEITE, 2008, p. 965).

A Base Nacional Curricular (BNCC) traz em suas orientações temas relevantes que devem ser trabalhados no campo das diversidades: (...) “um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes” (BRASIL, 2017).

Diante disso, fica claro a importância de transmitir aos educandos conteúdos voltados aos povos que fizeram parte da formação da identidade da sociedade brasileira. Outro documento que explora o ensino sobre os quilombolas são as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade (BRASIL, 2004, p. 21).

Esse documento visa promover a valorização de populações que sofrem preconceitos e discriminações devido a cor de pele e a herança escravocrata do país. A escola é responsável por grande parte da aquisição de conhecimentos de uma pessoa, sendo assim, cabe a ela mostrar a verdadeira história, mostrando aos alunos que os mesmos devem sempre fazer uma análise crítica do que é estudado (ARAÚJO, 2019).

Destacam-se nessas conquistas a alteração da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), pela Lei 10639/2003, atual Lei 11465/2008 – que, além de outros objetivos, propõem a reeducação das relações étnico-raciais através da valorização da História e da cultura dos africanos e dos afro-brasileiros no currículo da educação básica.

### 3. Metodologia

O presente estudo consiste em pesquisa de caráter descritivo, com resultados tratados de modo qualitativo, a partir da coleta de dados secundários. A metodologia está embasada na pesquisa bibliográfica, ou seja, foi desenvolvida por meio de estudos sobre comunidades remanescentes de quilombolas. Descrevendo, também, seus conceitos e características. Desse modo, foram desenvolvidas reflexões sobre a importância de aplicar a Lei 10639/03 por meio do estudo dos quilombolas, para minimizar o racismo na sociedade brasileira.

### 4. Análise e Interpretação dos Dados

Diante de todas as informações apresentadas até aqui, é possível notar que ainda existem diversas comunidades quilombolas espalhadas por diversas regiões como por exemplo no MS. Diante disso, o educador para aplicar a Lei 10639/03 poderá se utilizar de conhecimentos fornecidos por essas comunidades. Por fim,

apresentam-se aqui **Tabelas 1**, que ajudarão o leitor a visualizar como as comunidades remanescentes quilombolas de diversas regiões.

**Tabela 1.** Exemplos de comunidades remanescentes de quilombolas.

Cidades do Estado do Mato Grosso do Sul	Comunidades Remanescentes do Quilombos
Aquidauana	Furnas dos Baianos;
Bonito	Águas do Miranda;
Campo Grande	São João Batista, São Benedito / Tia Eva e Chácara do Buriti;
Corguinho	Furnas da Boa Sorte
Corumbá	Família Ozório, Família Maria Theodora Gonçalves de Paula e Campos Correia
Dourados	Dezidério Felipe de Oliveira – Picadinha;
Figueirão	Santa Tereza/Família Malaquias
Jaraguari	Furnas do Dionísio
Maracaju	Colônia de São Miguel
Nioaque	Família Cardoso, Famílias Araújo e Ribeiro, Família Romano Martins da Conceição e Família Bulhões;
Pedro Gomes	Família Quintino
Rio Brilhante	Família Jarcem
Rio Negro	Ourolândia
Sonora	Família Bispo
Terenos	Dos Pretos

**Fonte:** Dados do *site* (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, 2020).

## 5. Conclusão

A realização do trabalho propôs uma importante reflexão acerca do trabalho sobre a as comunidades quilombolas nas escolas, sendo possível analisar que, os



existem diversos documentos que orientam essa prática a fim de minimizar o racismo contra o povo negro.

Apontou-se que no Mato Grosso do sul existem diversas comunidades remanescentes dos quilombolas. Em meio a tanta discriminação e preconceito que ainda persiste na sociedade brasileira, a aprovação da Lei, 10.639/03, bem como outros documentos que abordam a importância do ensino da história do povo quilombola corroboram para práticas antirracistas.

## Referências

ARAÚJO, Leticia Rocha. A Literatura Afro-Brasileira na internet: como escolher os conteúdos? In: **ANAIS DO CONGRESSO DE PESQUISAS EM LINGUÍSTICA E LITERATURA**. 2019. p. 167-179.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei n 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/2003/L10.639](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/2003/L10.639)>. Acesso em 12 set 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. Subsecretaria Especial de Cidadania (SECID/MS). **Comunidades QUILOMBOLAS**, MS; 2020. Disponível em <<https://www.secid.ms.gov.br/comunidades-quilombolas-2/>> Acessado em: 12 set 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MOURA, Gloria. Educação quilombola. **Boletim**, n. 10, 2007.